

Manual da Assembleia | Proposta da Administração

**Assembleia Geral Ordinária
30 de abril de 2021**

TECHNOS S.A.

Companhia aberta de capital autorizado
CNPJ N° 09.295.063/0001-97
NIRE 33.3.0029837-1

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborada pela Administração da Technos S.A. (“Companhia” ou “Technos”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10h (“Assembleia” ou “AGO”).

A Administração da Companhia informa que os documentos referidos na Proposta e exigidos pela ICVM nº 481/2009 estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.grupotechnos.com.br/).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, que já foram previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021.

Sumário

1. Convite / Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Data, local, procedimentos e prazos	4
3. Proposta da Administração.....	9
Informações sobre as matérias objeto de deliberação nas Assembleias	9
Anexo A – Modelo de Procuração	12
Anexo B - Modelo de Declaração Para Participação na Assembleia Por Meio Digital	15
Anexo C - Comentários da diretoria sobre o desempenho econômico-financeiro, conforme item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência	43
Anexo D - Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2020	Erro! Indicador não definido.
Anexo E - Informações sobre a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração conforme item 13 – 13.1 a 13.16 - do Formulário de Referência	45

1. Convite / Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas da Technos S.A.,

Temos o prazer de convidá-los para a Assembleia Geral Ordinária de 2020 da Technos, convocada para o dia 30 de abril de 2021, a ser realizada de modo parcialmente digital. Este Manual visa prestar esclarecimentos em relação aos procedimentos e orientações para sua participação e exercício do direito de voto na Assembleia. O documento apresenta informações a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, que será realizada nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal Monitor Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de março de 2021.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas, apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela ICVM nº 481/2009 e suas alterações, e com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, da Diretoria da Companhia e da empresa de auditoria independente, os quais poderão esclarecer eventuais dúvidas relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos senhores acionistas. Além disso, os senhores poderão entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, que está à disposição para prestar esclarecimentos sobre e as matérias objeto da Assembleia e o material aqui apresentado.

Contamos com sua presença.

Atenciosamente,

Renato José Goettems
Presidente do Conselho de Administração

2. Data, local, procedimentos e prazos

Data: 30 de abril de 2021

Horário: 10h00

Local: Sede Social da Companhia - Avenida das Américas, nº 3434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro- RJ, CEP 22.640-102

Para a instalação da Assembleia é necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto. Na hipótese em que o referido quórum não seja atingido, a Assembleia não será instalada e será informada nova data para sua realização. Em segunda convocação, a Assembleia poderá ser realizada com qualquer número de acionistas presentes.

Os acionistas poderão apresentar seu voto para os itens da pauta da Assembleia (i) por meio de envio de instruções de voto à distância, (ii) pessoalmente, ou (iii) se fazendo representar por procurador. O comparecimento pessoal ou por procurador poderá ocorrer tanto presencialmente, quanto por meio digital.

Nos termos do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas que desejem participar presencialmente da AGO antecipem, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e, eventualmente, de representação, remetendo tais documentos por e-mail para ri@grupotechnos.com.br, em atenção ao Departamento de Relações com Investidores. No entanto, os acionistas que comparecerem presencialmente à AGO munidos de tais documentos poderão participar da Assembleia.

Esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

I. Participação presencial

- Documento de identidade. Serão aceitos os seguintes documentos:
 - Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
 - Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
 - Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
 - Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); ou

- Carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).
- Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia.

Representação por procuração

Além de documentos pessoais do procurador e da comprovação da condição de acionista nos termos do extrato mencionado acima, é necessário apresentar:

- Vias originais dos instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do Artigo 126, §1º, da Lei das S.A.
- Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não assinar eventual procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado, acompanhado do ato que investe o representante dos poderes necessários).
- No caso de pessoas jurídicas cujos representantes não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação, quando aplicável.
- No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente constituído, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.
- Para fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação comprobatória dos poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização ou apostilamento, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas somente serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para um dos três idiomas mencionados.

Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que se encontra a disposição dos senhores acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, cabendo aos senhores acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os demais requisitos ora indicados.

II. Participação por meio de voto à distância

Conforme previsto nos Artigos 21-A e seguintes da ICVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleias Gerais por meio de voto a distância, por meio do preenchimento do Boletim de Voto à Distância (“Boletim”), que encontra-se disponível nos sites de relações com investidores da Companhia (www.grupotechnos.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). O Boletim poderá ser enviado:

- Diretamente à Companhia

O acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia, deverá imprimir, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio para a sede a Companhia, Avenida das Américas, nº 3434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22640-102, ou para o e-mail ri@grupotechnos.com.br, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

O Boletim será recebido pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da realização da Assembleia, conforme estabelecido na ICVM nº 481/2009. Os boletins de voto à distância recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim acompanhado (i) do documento de identidade e (ii) do extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titular, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia o cômputo do voto.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização ou apostilamento. Além disso, os acionistas domiciliados no exterior que apresentem documentos que não tenham como idioma de origem o português, o inglês ou o espanhol] deverão apresentar também a tradução juramentada dos referidos documentos.

- Por meio do Agente de Custódia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes, observadas as regras por ele determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

De acordo com a ICVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seu agente de custódia. Ainda, de acordo com a norma em referência, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus

respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

▪ Por meio do Banco Escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A. (“Itaú”), instituição escrituradora contratada pela Companhia.

O Itaú criou o site Assembleia Digital, mecanismo específico para processamento de voto a distância, no qual o acionista votante, que deve possuir certificado digital, deverá cadastrar-se. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital podem ser encontradas no site do Itaú, [clikando aqui](#)

Para o envio físico das instruções de voto ou de dúvidas em relação ao banco escriturador, os acionistas poderão acionar o Itaú pelos canais abaixo:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim São Paulo - SP

CEP: 04538-132

E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, aos cuidados da Área de Atendimento a Acionistas

Telefone: (11) 3003-9285 e 0800 720 9285

III. Participação por Meio Digital

A Technos, comprometida com a saúde de seus colaboradores e acionistas e considerando as orientações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) e pelas autoridades brasileiras competentes, optou pela adoção de um modelo híbrido de assembleia, que prevê, além da possibilidade de participação presencial e de participação a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, a possibilidade de participação remota em tempo real, por meio digital.

Conforme autoriza a ICVM nº 481/2009, alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020, os acionistas poderão, sem prejuízo da faculdade de utilizar-se do boletim de voto a distância, participar da AGO em tempo real, de forma remota, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, com a utilização de vídeo e áudio.

O acionista que desejar participar da assembleia por meio digital deverá enviar os mesmos documentos necessários à participação presencial, acrescidos do preenchimento da declaração contida no Anexo A da presente Proposta, na qual o acionista deverá indicar seu nome, CPF e o endereço eletrônico para o qual deverá ser enviado o link de acesso à Assembleia. A assinatura da referida declaração poderá se dar por meio digital, desde que certificada por entidade competente, ou físico. Para viabilizar o credenciamento do acionista e a sua participação na AGO, os referidos documentos deverão ser enviados, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da Assembleia, para a sede da Companhia, na **Avenida das Américas, nº 3434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-102**, ou para o e-mail: ri@grupotechnos.com.br, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Uma vez recebida e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na AGO por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do Artigo 21-V da ICVM nº 481/2009.

Caso o acionista não receba o *link* de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Technos até às 18h00 do dia 29 de abril de 2021, para que seja prestado o suporte remoto.

A partir do credenciamento, o participante se compromete a (i) utilizar o *link* individual única e exclusivamente para participação na AGO, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o *link* individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido *link* intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio digital durante a realização das AGO.

Para participar da Assembleia por meio digital, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma *Microsoft Teams*, cujo download poderá ser realizado pelo link <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app>.

Todo acionista, representante ou procurador que ingressar na assembleia pelo meio digital passará por uma verificação visual a fim de confirmar a regularidade de sua participação. Nesta verificação será solicitada a exposição do documento de identificação do participante na câmera de seu dispositivo, de modo que a foto e todas as informações do referido documento estejam visíveis e legíveis.

Ao longo de toda assembleia, o participante deverá manter a câmera de seu dispositivo ligada, bem como deverá estar posicionado a frente dessa, de forma a permanecer visível durante toda a Assembleia. O participante que desligar a câmera ou se ausentar da frente da mesma poderá ser notificado para que retorne ou religue o dispositivo. Em caso de não atendimento à solicitação, o acionista poderá ser retirado da videoconferência.

Como forma de otimizar a interação dos presentes, o áudio dos participantes por meio de videoconferência ficará automaticamente silenciado. Os participantes poderão manifestar-se por (i) mensagens, a qualquer momento ou (ii) áudio, mediante solicitação por mensagem para a liberação oportuna de seu áudio.

A videoconferência será iniciada com 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da Assembleia, a fim de adiantar o processo de validação dos participantes. A Companhia orienta que os acionistas que optarem pela participação por meio digital acessem o *link* para ingresso na AGO com a antecedência de 30 (trinta) minutos.

Além disso, informamos que a AGO será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM nº 481/2009 e que a Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma *Microsoft Teams* com o equipamento do participante.

3. Proposta da Administração

Informações sobre as matérias objeto de deliberação nas Assembleias

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, acompanhadas do parecer do auditor externo relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18 de março de 2021. Dessa forma, a Administração propõe sua aprovação.

Para melhor avaliação e de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 481/2009 conforme alterada, no Anexo C deste Manual, os senhores acionistas encontram os comentários dos Administradores sobre a situação econômico-financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Todos os documentos acima citados, a saber, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, comentários dos administradores conforme item 10 do Formulário de Referência e parecer dos Auditores Independentes, estão disponíveis para consulta nos websites da Relações com Investidores da Companhia (www.grupotechnos.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- (ii) Examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021.**

A Administração da Companhia apresenta e propõe a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2021 de R\$ 10.200.000,00 aprovado, sem ressalvas, pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021, tendo origem em recursos próprios/terceiros.

Os recursos servirão para fazer frente aos investimentos necessários em ativos imobilizados e intangíveis (Capex), assim como para as necessidades de investimento em capital de giro previstas.

O orçamento de capital terá prazo de duração até a assembleia geral ordinária de 2022.

Informações detalhadas sobre esta matéria constam do Anexo D deste Manual.

- (iii) Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

Considerando que a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 28,16 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não haverá destinação de resultados a ser deliberada pelos acionistas. O prejuízo do exercício será absorvido com base nos saldos constantes das reservas de lucros, inclusive a legal.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da ICVM nº 481/09 não são apresentadas na presente Proposta em razão de a Companhia ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) deliberar sobre a proposta da Administração para fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia;

A administração da Companhia propõe a fixação do número de 6 (seis) assentos no Conselho de Administração para para o próximo mandato bienal.

A administração da Companhia recomenda a aprovação da matéria constante deste item IV, a qual foi aprovada sem restrição pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021.

(v) deliberar sobre a proposta da Administração para eleição dos membros do Conselho de Administração; e

A administração da Companhia propõe a seguinte chapa para compor o Conselho de Administração, formado por 6 (seis) membros efetivos, para mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2023:

- Renato José Goettems
- Joaquim Pedro Andrés Ribeiro
- Haroldo Luiz Rodrigues Filho
- José Augusto L. Figueiredo
- Felipe Villela Dias
- Aymeric Chaumet

É facultado aos acionistas que representem, individualmente ou em conjunto, 5,0% do capital social com direito a voto da Companhia (ações ordinárias – ON), requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

No caso de requerida e devidamente validada a adoção de procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração, sendo permitido aos acionistas acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre diferentes candidatos.

O Anexo E contém as informações sobre os candidatos para o Conselho da Administração, apresentadas conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

(vi) Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2021

A Administração da Companhia propõe a fixação da remuneração global dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) para o exercício de 2021, a ser paga até a data da realização da assembleia geral ordinária de 2022, no valor total de até R\$ 9.063.264,00

A Administração propõe a aprovação da presente proposta de remuneração global dos Administradores, a qual foi aprovada sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021.

Para o exercício anterior, foi aprovada, em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2020, a verba total de até R\$ 9.691.399,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e nove reais) a ser individualizada entre os Administradores. O valor efetivamente realizado foi de R\$ 4.860.455,00.

Informações detalhadas sobre a remuneração proposta para os Administradores são apresentadas no Anexo F deste Manual, de acordo com o estabelecido pela ICVM nº 481/2009.

ANEXO A
Modelo de procuração

PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr.(a) [nome], [qualificação] (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Technos S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 10h00 (“Assembleia”), na sede social da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

(i) Prestação de contas dos Administradores e aprovação das demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Aprova Rejeita Abstém-se

(ii) Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Aprova Rejeita Abstém-se

(iii) Proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021.

Aprova Rejeita Abstém-se

(iv) Proposta da Administração para fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia;

Aprova Rejeita Abstém-se

(v) Eleição da Chapa proposta pela Administração para compor o Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2023:

- Renato José Goettems
- Joaquim Pedro Andrés Ribeiro
- Haroldo Luiz Rodrigues Filho
- José Augusto L. Figueiredo
- Felipe Villela Dias
- Aymeric Chaumet

Aprova Rejeita Abstém-se

(vi) Proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021.

Aprova Rejeita Abstém-se

[Local], [dia] de [mês] de 2021

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

Modelo de Declaração Para Participação na Assembleia Por Meio Digital

DECLARAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA TECHNOS POR MEIO DIGITAL

[Nome], [qualificação], na qualidade de acionista da Technos S.A. (“Companhia”), declaro ter interesse em participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 10h00 (“Assembleia”), por meio digital, através da plataforma *Microsoft Teams*. Para tanto, declaro ter lido o Manual da Assembleia, estando ciente e de acordo com os requisitos para participar da assembleia por meio de videoconferência, bem como declaro possuir os dispositivos eletrônicos e conexas à internet adequados para tal participação.

Assumo, ainda, o compromisso de (i) utilizar o *link* individual única e exclusivamente para participação na AGO, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o *link* individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido link intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio digital durante a realização das AGO.

Deste modo, solicito que o *link* para ingressar na assembleia seja enviado para o endereço eletrônico [E-mail].

[Local], [dia] de [mês] de 2021

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida ou certificada por meio digital]

ANEXO C

Comentários da diretoria sobre o desempenho econômico-financeiro, conforme item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência

10.1. Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos Acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital adequada para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a presente data, financiar a maior parte de nossas necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2020, nosso patrimônio líquido totalizava R\$ 316,3 milhões, nosso endividamento bruto era de R\$ 138,2 milhões e nossos saldos e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos mobiliários somavam R\$ 76,6 milhões. Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é bastante confortável, com potencial para futura alavancagem, caso necessário, sempre em níveis adequados.

i. hipóteses de resgate

Nesta data, não existem hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de nossa emissão, além das hipóteses previstas na Lei das S.A.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Como não há, nesta data, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as nossas obrigações contratuais referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

A tabela a seguir indica nossas obrigações contratuais existentes em 31 de dezembro de 2020:

Garantia	Pagamentos devidos por ano				
	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	<i>(em milhares de reais)</i>				
Real	-	-	-	-	
Flutuante	4.468	29.701	102.222	1.809	138.200

Garantia	Pagamentos devidos por ano				
Quirografária ¹	-	-	-	-	-
Total	4.468	29.701	102.222	1.809	138.200

(1) Inclui as seguintes rubricas: fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar e outras contas circulantes a pagar.

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos a dívida composta 84,3% por empréstimos bancários em moeda nacional e 15,7% referente ao recurso captado junto ao FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, cujos recursos possuem destino específico e exclusivo, ainda não utilizado, e classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

O Grupo, com o objetivo de reduzir potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de Hedge de acordo com sua política de Hedge e disponibilidade de limites bancários.

A Companhia divulgou no início de outubro o alongamento de cerca de 85% de suas dívidas financeiras com seus principais credores, que passaram a ter prazo médio de vencimento de 4,3 anos. Com esta renegociação, concluiu o processo de reequilíbrio de sua estrutura de dívida às suas necessidades de fluxo de caixa de curto e longo prazo, preservando as suas capacidades financeira e operacional.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro de acordo com o crescimento da Companhia, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não circulantes também têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 geramos R\$ 12,9 milhões em fluxo de caixa operacional. Ao final de 31 de dezembro de 2019 geramos R\$ 5,2 milhões enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 geramos R\$ 74,5 milhões.

A Companhia iniciou o ano de 2020 com o objetivo de acelerar a implementação de seu plano de turnaround e a melhora de sua performance. Entretanto, a partir de março, a evolução da pandemia “COVID-19” e as consequentes medidas de isolamento social como o fechamento de shopping centers e a limitação das atividades de varejo sacrificaram fortemente a venda de produtos e serviços da Companhia. Como contraponto ao impacto negativo de vendas registrado

principalmente no primeiro semestre, a Companhia implementou várias ações para preservar seu caixa e acelerar sua reestruturação operacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Credor	Taxa de Juros	Vencimento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
			2018	2019	2020
			<i>(em milhões de reais)</i>		
Passivos circulantes ¹	N/A	N/A	137,1	163,1	66,7
Passivos não-circulantes ²	N/A	N/A	189,7	168,5	215,8
Total			326,8	331,6	282,5

(1) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar, outras contas circulantes a pagar.

(2) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, licenciamentos a pagar, impostos de renda e contribuição social diferidos, provisões para contingências, valor a pagar por aquisição de participação societária e outras contas não-circulantes a pagar.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos a dívida composta 84,3% por empréstimos bancários em moeda nacional e 15,7% referente ao recurso captado junto ao FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, cujos recursos possuem destino específico e exclusivo, ainda não utilizado, e classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras adicionais ao item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não possuímos nenhuma dívida com grau de subordinação com prioridade de pagamento em relação à outra.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de empréstimos contém cláusulas restritivas (covenants). Em 31 de dezembro 2020 o Grupo se encontrava adimplente em relação as cláusulas restritivas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e mesmo diante da pandemia de 2020, reperfilamos nossos compromissos em outubro de 2020 por um prazo médio de 4,3 anos, prazo que se adequa as necessidades de curto, médio e longo prazo ordinárias da Companhia. Acreditamos que, nesta data, diante do cenário de incerteza econômica e avanços da pandemia no país, há um maior conservadorismo dos bancos comerciais atuais em relação a novos limites e temos trabalhado com outros players do seguimento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

Descrição das Principais Linhas do Nosso Resultado

Para um melhor entendimento de nossas demonstrações financeiras, apresentamos abaixo um resumo dos principais itens constantes da nossa conta de resultados.

Receita Bruta

Nossa receita bruta compreende a nossa receita com a venda de relógios e com a prestação de serviços de assistência técnica.

Analisamos nossa receita de vendas de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição a fim de entender melhor a fonte das variações de performance. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”), segmento em que se inserem as marcas “Technos”, “Skagen” e “Dumont”; (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”), segmento em que se inserem nossas marca “Mormaii”, e (iii) moda, incluindo relógios decorados e voltados para a composição de um visual (“Moda”), segmento em que se inserem nossas marcas “Euro”, “Mariner”, “Allora”, “Touch”, “Condor”, “Fossil”, “Michael Kors”, “Diesel”, “Armani Exchange” “Emporio Armani”.

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes, e franquias (“Lojas Especializadas”); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas online, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”). Temos também os canais diretos ao consumidor, que são os *outlets* e *e-commerce*.

Deduções - (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções sobre a nossa receita bruta compreendem os impostos sobre vendas e o ajuste a valor presente.

Impostos sobre vendas

IPI

O IPI é um tributo de competência federal que incide sobre a saída do fabricante de produtos industrializados nacionais e do importador direto de produtos estrangeiros.

Para fins de incidência do IPI, considera-se operação de industrialização a operação de montagem que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal, tal como a atividade desenvolvida por nossa Companhia.

As alíquotas aplicáveis estão descritas na Tabela de Incidência do IPI - TIPI e variam de acordo com a classificação fiscal do produto e conforme o seu grau de essencialidade, podendo ser majoradas a qualquer momento pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos da política econômica.

São isentos do IPI os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, em conformidade com o Processo Produtivo Básico, tais como aqueles desenvolvidos por nossa Companhia, que estão incluídos no Processo Produtivo Básico do pólo relojoeiro.

ICMS

O ICMS é um tributo de competência dos Estados, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

As alíquotas do ICMS dependem da classificação dos produtos e do Estado onde se localizam o fornecedor e o adquirente. Nas operações internas, as alíquotas normalmente são de 17%, 18% ou 19%, independentemente do fato do adquirente ser contribuinte ou não do imposto. Nas operações interestaduais as alíquotas são de 4%, 7% ou 12%, se o adquirente for contribuinte, e de 17%, 18% ou 19%, se o adquirente não for contribuinte. No caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes do imposto, na hipótese de o produto vendido não ser destinado à industrialização ou comercialização subsequente, o adquirente deverá recolher o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna de seu Estado (17%, 18% ou 20%) e aquela aplicada por ocasião da operação interestadual (4%, 7% ou 12%).

Nós usufruímos do incentivo fiscal de redução da base de cálculo do ICMS em 45% nas operações de importação de insumos relativos à fabricação de cronômetro digital, relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, possuímos o benefício fiscal do crédito estímulo do ICMS, correspondente a 55% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo à comercialização de relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 31 de março de 2021. Em 2021 de acordo com o Decreto 43274, o Governo do Estado do Amazonas declarou que o benefício de crédito estímulo será de 100% e não de 55%, excepcionalmente nesse exercício findado em 31 de dezembro de 2021.

PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são tributos incidentes sobre a receita bruta da empresa, assim entendida como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

As alíquotas do PIS e da COFINS incidentes no regime cumulativo são de, respectivamente, 0,65% e 3%. Já na sistemática não-cumulativa, as alíquotas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Entretanto, a receita auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, tais como as receitas que auferimos, sujeitam-se ao regime não-cumulativo das contribuições COFINS e PIS às alíquotas de:

- (i) 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus; e (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o PIS e a COFINS no regime de não-cumulatividade;
- (ii) 1,3% para o PIS e 6% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS; (c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e (d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal.

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, e sua alíquota média de 4,5%, dependendo do Município competente, bem como do serviço prestado. De modo geral, o ISS é devido ao Município onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço.

Ajuste a Valor Presente

Sobre vendas

O ajuste a valor presente tem como objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: (i) valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados); (ii) data do referido fluxo financeiro; e (iii) taxa de desconto aplicável à transação.

Sobre impostos

O ajuste a valor presente sobre impostos está diretamente relacionado ao ajuste a valor presente sobre vendas, sendo simplesmente a parcela de impostos correspondente ao ajuste a valor presente sobre vendas.

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas inclui, principalmente, (i) os componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros; (ii) a mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus e (iii) custo de revenda de mercadorias. Além disso, essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios, custo de embalagens e o custo associado a devoluções.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Alguns destes benefícios têm um efeito redutor nos nossos impostos sobre a importação de componentes, quais sejam: (i) Suspensão e posterior conversão em isenção do pagamento de IPI; (ii) Suspensão e posterior conversão em isenção do pagamento de Pis e Cofins Importação e (iii) redução de 88% do imposto de importação. Estes incentivos se aplicam somente na importação de componentes destinados a industrialização na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas podem ser divididas entre despesas variáveis e fixas.

As despesas com vendas variáveis consistem, principalmente, em despesas de comissão e prêmios sobre as vendas, despesas de frete, despesas de publicidade e despesas com *royalties*.

As despesas com vendas fixas consistem, principalmente, em despesas de folha e encargos dos empregados do departamento de vendas, *marketing*, e produtos, despesas com viagens, serviço de terceiros, dentre outras despesas.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas são, primordialmente, despesas fixas, e consistem, principalmente, em despesas com folha e encargos dos departamentos administrativos, remuneração dos Administradores, despesas com aluguéis, despesas com processamento de dados e comunicações, despesas com advogados, consultores e auditores, despesas bancárias e de cobrança, viagens, depreciação e amortização do imobilizado administrativo e outras despesas.

Outras, Líquidos

Inclui a provisão para contingências, que representa a constituição ou reversão de provisões para perdas, com destaque para as provisões de estoque e provisões de passivos tributários e fiscais, programa de participação nos lucros, despesas não caixa com o plano de opções e resultados e outras receitas e despesas diversas. O programa de participação nos lucros e resultados abrange todos os nossos funcionários, incluindo nossos Administradores, com base nas metas da Companhia e de cada departamento.

Resultado Financeiro Líquido

Nossa receita financeira é composta, principalmente, de rendimentos sobre o nosso caixa, que é aplicado principalmente em certificados de depósito bancário de bancos comerciais de primeira linha, de receitas de ajuste a valor presente, de multas de atraso cobradas de nossos Clientes e

variação cambial positiva. Nossa despesa financeira é composta, principalmente, de despesas de juros sobre financiamentos, descontos para Clientes e variação cambial negativa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido inclui impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são compostos, principalmente, pela realização de ativo fiscal diferido.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Um destes benefícios tem um efeito redutor no nosso imposto de renda, concedendo a redução de 75% do IRPJ (inclusive adicional) relativo a projeto de modernização para produção de relógios de bolso, cronômetros e relógios de pulso. O benefício iniciou-se em 28 de fevereiro de 1967, tendo sido renovado por diversas vezes no passado. A última renovação ocorreu em 2014 e encerra-se em 2073, podendo ser renovado de acordo com a legislação aplicável.

Este incentivo fiscal tem como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos que contribuam para o crescimento econômico e social da região de atuação da SUDENE e da SUDAM e, portanto, aplica-se somente ao lucro apurado a partir do negócio de industrialização de nossos relógios na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

A redução de 75% do IRPJ é baseada no lucro da exploração, o qual representa o lucro líquido do período de apuração antes de deduzida a provisão para o imposto de renda e algumas exclusões (receitas financeiras que excedem as despesas financeiras, os rendimentos e prejuízos das participações societárias e resultados não operacionais).

Principais alterações nas contas de resultado

	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	2019	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2020	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)
Receita Bruta	363,5	118,9	378,4	119,7	4,1	285,1	116,5	-24,7
Deduções	-57,8	-18,9	-62,1	-19,7	7,5	-40,5	-16,5	-34,8
Receita líquida	305,7	100,0	316,2	100,0	3,4	244,6	100,0	-22,6
Custo das Vendas	-159,0	-52,0	-207,0	-65,5	30,2	-132,2	-54,0	-36,1
Lucro Bruto	146,7	48,0	109,2	34,5	-25,5	112,4	46,0	2,9
Despesas com vendas	-109,2	-35,7	-107,7	-34,0	-1,4	-78,3	-32,0	-27,3
Despesas Administrativas	-35,2	-11,5	-39,6	-12,5	12,5	-33,8	-13,8	-14,6
Outras, líquidos	-5,1	-1,7	-88,6	-28,0	1624,7	-9,8	-4,0	-88,9
Lucro operacional	15,6	5,1	-126,6	-40,0	NA	-9,6	-3,9	-92,4
Despesas financeiras	-78,6	-25,7	-45,5	-14,4	-42,1	-78,9	-32,3	73,4
Receitas financeiras	82,9	27,1	40,3	12,8	-51,3	54,6	22,3	35,5

Resultado financeiro, líquido	4,2	1,4	-5,2	-1,6	-222,0	-24,3	-9,9	367,3
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1,3	0,4	-131,8	-41,7	NA	-33,9	-13,9	-74,3
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,6	3,1	NA
Diferido	13,0	4,3	9,2	2,9	-29,4	-1,8	-0,7	-119,6
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14,4	4,7	-122,7	-38,8	NA	-28,1	-11,5	-77,1
Atribuível								
Acionista da Companhia	14,4	4,7	-122,7	-38,8	NA	-28,1	-11,5	-77,1
Participação dos não controladores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

⁽¹⁾ Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

⁽²⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

⁽³⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Receita Bruta

No exercício social de 2020 nossa receita bruta totalizou R\$ 285,1 milhões, montante 24,6% inferior aos R\$ 378,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. Ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a receita bruta atingiu R\$ 363,5 milhões. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2019/2020
	2019	(%) do Total	2020	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Receita Bruta					
Venda de Relógios	372,1	98,3	282,8	99,2	(24,0)
Assistência Técnica	6,3	1,7	2,3	0,8	(63,4)
Total	378,4	100,0	285,1	100,0	(24,6)

Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$ 372,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 282,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que evidencia redução de R\$ 89,3 milhões ou 24,0%. Em 31 de dezembro de 2018 a receita bruta totalizou R\$ 372,1 milhões. O preço médio atingiu R\$ 162, avanço de 8,4% na comparação com os R\$ 149 de 31 de dezembro de 2019 enquanto o preço médio ao final do exercício de 2018 atingiu R\$ 147.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2019/2020
	2019	(%) do Total	2020	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Venda de Relógios					
(por Categoria de Relógio)					
Clássico	178,5	48,0	142,2	50,3	(20,3)
Esporte	47,5	12,8	34,8	12,3	(26,7)
Moda	146,1	39,3	105,8	37,4	(27,6)
Total	372,1	100,0	282,8	100,0	(24,0)

Ao final de 2020, a categoria Clássico alcançou participação de 50,3% da nossa receita bruta, redução de 20,3% na comparação com os 48,4% de participação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 a

participação foi de 48,0%. A categoria Esporte diminuiu a participação na receita bruta ao passar de 12,8% em 2019 para 12,3% no encerramento de 2020 (12,0% em 2018). Já a categoria Moda passou de uma participação de 39,3% da nossa receita bruta em 31 de dezembro de 2019 para uma participação de 37,4% da nossa receita bruta em 2020 enquanto em 2018 a participação foi de 39,6%.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste documento:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	(%) do Total	2020	(%) do Total	Varição (%) 2018/2019
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Venda de Relógios					
(por Canal de Distribuição)					
Lojas Especializadas ⁽¹⁾	268,7	72,2	191,5	67,7	(28,7)
Magazines	103,4	27,8	91,3	32,3	(11,7)
Total	372,1	100,0	282,8	100,0	(24,0)

⁽¹⁾ Inclui as vendas realizadas para franquias.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, em 2020 observa-se queda versus o ano anterior de 28,7% nas lojas especializadas e recuo de 11,7% em Magazines e Outros, que contempla também clientes de venda online. Em 2018, as vendas de Lojas Especializadas totalizaram R\$ 253,3 milhões e R\$ 104,1 milhões em Magazines e Outros. O desempenho apresentado em 2020 reflete a redução da atividade econômica mundial e no Brasil a partir de março em função da pandemia do Coronavírus, com impactos na demanda de produtos da Companhia.

Receita Líquida

A receita líquida alcançou de R\$ 244,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 316,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma redução de R\$ 71,6 milhões ou 22,7%. Apesar do crescimento de Receita Bruta, o imposto sobre vendas foi 15,7% menor na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este efeito é função do maior aproveitamento do benefício fiscal do ICMS e acontece pela interrupção do fluxo de abastecimento e consequente desequilíbrio entre venda de produtos e compra de matéria prima. Este cenário tende a ser normalizado conforme o retorno dos fluxos de abastecimento.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
2019	2020	AH (%)
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>		
Receita Bruta	378,4	285,1 (24,7)
Ajuste a Valor Presente	-7,5	-4,1 (45,3)
Impostos sobre Vendas	-55,7	-36,9 (33,8)
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	1,1	0,5 (54,5)
Receita Líquida	316,2	244,6 (22,6)

Custo das Vendas

No exercício social de 2020 o custo das vendas foi de R\$ 132,2 milhões, 36,1% inferior (ou R\$ 74,7 milhões) na comparação com os R\$ 206,9 milhões registrados no exercício de 2019. Ao final de 2018 o custo das vendas totalizou para R\$ 159,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Nosso custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/6 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 5/6 do custo total.

Lucro Bruto

Em 2020, a Companhia reportou lucro bruto de R\$ 112,4 milhões, aumento de R\$ 3,2 milhões ou 2,9% em relação aos R\$ 109,2 milhões auferidos em 2019. No exercício de 2018 o lucro bruto atingiu R\$ 146,7 milhões. O crescimento do lucro bruto é resultado do aumento de preços frente ao aumento do câmbio, da redução de descontos e das vendas promocionais, e do impacto positivo da terceirização da Assistência Técnica, além da provisão extraordinária de estoques de 2019 no valor de R\$32 milhões.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R\$ 107,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 78,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que significa decréscimo R\$ 25,6 milhões ou 27,3%. Em 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$ 107,7 milhões. Nesse sentido, as despesas com vendas representaram 35,7%, 34,0%, e 32,0% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

A redução das despesas em 2020 ocorreu, principalmente, em função da redução de *headcount*, revisão de investimentos em ações de marketing e trade, redução de gastos com serviços de terceiros, redução de viagens e medidas temporárias como suspensão do contrato de trabalho e redução de jornada, medidas adotadas entre abril e setembro de 2020 pelo agravamento da pandemia.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$ 39,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 33,8 milhões ao final de 2020, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. O exercício de 2018 as despesas administrativas atingiram R\$ 35,2 milhões. Nossas despesas administrativas representaram 11,5%, 12,5% e 13,8% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019, e 2020, respectivamente.

Outros Resultados Operacionais, Líquidos

O resultado líquido de outras contas em 2020 apresentou uma despesa de R\$ 9,8 milhões frente a despesa de R\$ 88,6 milhões no mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente pelo efeito não recorrente e não caixa, referente ao reconhecimento de provisão para perda de ativos (provisão para *impairment*) no total de R\$ 71,6 milhões em 2019. Em 2018, a conta atingiu R\$ 0,8 milhão.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido em 2020 foi uma despesa líquida de R\$ 24,3 milhões frente a uma despesa líquida de R\$ 5,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As despesas financeiras passaram de R\$ 45,5 milhões em 2019 para R\$ 78,9 milhões no exercício de 2020, aumento de R\$ 33,4 milhões. Registramos, no mesmo período de comparação, aumento de R\$ 14,3 milhões nas receitas financeiras.

Os impactos resultam, principalmente, de efeitos diretos e indiretos da variação cambial no período, tanto ativa como passiva, envolvendo também o resultado de operações em derivativos. Considerando que quase a totalidade de nossos pagamentos aos fornecedores de matéria prima se dá em moeda estrangeira (importações), são utilizadas operações com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de minorar o potencial risco cambial. Tais instrumentos derivativos se restringem à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos doze meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira. Além desse efeito, tivemos também pagamento de juros de empréstimos e reestruturação de dívida finalizada no quarto trimestre de 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Diferido

Nosso imposto de renda e contribuição social diferido passou de receita de R\$ 9,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para receita de R\$ 7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal montante é composto por crédito de prejuízo fiscal com base negativa de R\$ 0,8 milhão e R\$ 8,5 milhões de geração de estornos de diferenças temporárias.

Lucro Líquido

Considerando os efeitos da receita líquida de impostos diferidos explicados acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 28,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ante prejuízo de R\$ 122,6 milhões no ano de 2019 e de R\$ 14,4 milhões no ano de 2018.

Principais alterações nas contas de resultado

	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	2019	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2020	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	69,9	8,8	54,1	8,0	-22,6	65,3	10,9	20,7
Caixa restrito	7,5	0,9	6,9	1,0	-8,0	11,3	1,9	63,8
Títulos e valores mobiliários	0,0	0,0	2,5	0,4	NA	0,0	0,0	NA
Contas a receber de clientes	160,2	20,2	154,8	22,9	-3,4	133,4	22,3	-13,8
Estoques	115,1	14,5	122,6	18,1	6,5	77,0	12,9	-37,2
Impostos a recuperar	15,0	1,9	38,2	5,7	154,5	43,6	7,3	14,1
Instrumentos financeiros derivativos	12,8	1,6	0,0	0,0	NA	0,4	0,1	NA
Outros ativos	12,4	1,6	11,8	1,7	-4,8	11,4	1,9	-3,4
Total	392,6	49,5	390,8	57,8	-0,4	342,4	57,2	-12,4
Ativos não circulantes mantidos para venda	0,3	0,0	1,8	0,3	561,8	3,4	0,6	88,9
Total do Circulante	392,9	49,6	392,7	58,1	-0,1	345,8	57,7	-11,9
Não Circulante								
Adiantamento a fornecedores	5,0	0,6	4,3	0,6	-14,0	3,5	0,6	-18,6
Impostos a recuperar	66,1	8,3	37,3	5,5	-43,6	24,0	4,0	-35,7
Títulos e valores mobiliários	24,2	3,1	4,3	0,6	-82,2	3,7	0,6	-14,0
Depósitos judiciais	5,0	0,6	5,5	0,8	11,3	2,8	0,5	-49,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0	0,0	0,0	NA	0,0	0,0	NA
Outros ativos	0,5	0,1	0,5	0,1	-0,4	0,0	0,0	NA
Intangível	262,1	33,1	192,4	28,5	-26,6	190,8	31,9	-0,8
Imobilizado	36,7	4,6	39,0	5,8	6,3	28,1	4,7	-27,9
Total do Não Circulante	399,6	50,4	283,4	41,9	-29,1	252,9	42,2	-10,8
Total do Ativo	792,5	100,0	676,1	100,0	-14,7	598,8	100,0	-11,4

⁽¹⁾ Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total do Ativo ou Passivo somado ao Patrimônio Líquido.

⁽²⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do balanço patrimonial entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

⁽³⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do balanço patrimonial entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: O saldo dessa conta passou de R\$ 54,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 65,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de R\$ 11,1 milhões.

Contas a receber de clientes: O saldo dessa conta passou de R\$ 154,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 133,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 21,4 milhões ou 13,8%.

Estoques: O saldo dessa conta passou de R\$ 122,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 77,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 45,6 milhões ou 37,2%.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$ 38,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 43,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de R\$ 5,4 milhões ou 14,1%.

Não Circulante

Adiantamento a fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 0,8 milhões ou 18,6%.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$ 37,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 24,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 13,3 milhões ou 35,7%.

Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta passou de R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, registrando diminuição de R\$ 0,6 milhão ou 14,0%.

Depósitos Judiciais: O saldo dessa conta passou de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 2,7 milhões ou 49,1%.

Outros Ativos: Ao final de 2020 a conta apresentou saldo zero enquanto em 31 de dezembro de 2019 registrou saldo de R\$ 0,5 milhão.

Intangível: Essa conta é composta de quatro rubricas: (i) ágio; (ii) softwares e outros, (iii) marcas e licenças e (iv) direitos em combinações de negócios. O saldo dessa conta passou de R\$ 192,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 190,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 1,6 milhão ou 0,8%.

Imobilizado: O saldo dessa conta passou de R\$ 39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 28,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 10,9 milhões ou 27,9%.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$ 35,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 31,1 milhões ou 87,4%.

Fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$ 83,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 14,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 69,1 milhões ou 82,9%.

Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de R\$ 1,7 milhão ou 38,0%.

Salários e encargos sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$ 6,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 2,0 milhões ou 30,8%.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$ 30,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 34,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de R\$ 4,2 milhões ou 13,7%.

Não Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$ 66,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 133,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de R\$ 67,4 milhões ou 2,0 vezes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dessa conta passou de R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 17,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 7,8 milhões ou 31,3%.

Provisões para contingências Não Operacionais: O saldo dessa conta passou de R\$ 54,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 54,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando redução de R\$ 0,6 milhão ou 1,1%.

Valor a pagar por aquisição de participação societária: O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2019 passou de R\$ 4,7 milhões para R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 0,5 milhão ou 10,0%.

Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$ 344,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 316,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 28,2 milhões ou 28,2%.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

	<u>2018</u>	<u>(%) do Total</u>	<u>2019</u>	<u>(%) do Total</u>	<u>2020</u>	<u>(%) do Total</u>
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Receita Bruta						
Venda de Relógios	357,5	98,3	372,1	98,3	282,8	99,2
Assistência Técnica	6,0	1,7	6,3	1,7	2,3	0,8
Total	363,5	100,0	378,4	100,0	285,1	100,0

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme discutido no item 10.2(a) abaixo, nossas receitas estão diretamente relacionadas principalmente ao volume e preço médio de vendas de nossos relógios. Nossos resultados operacionais estão relacionados diretamente às nossas receitas, assim como ao custo dos nossos produtos e às despesas comerciais, gerais e administrativas incorridas. No último exercício social, apresentamos receita abaixo do ano anterior, ao qual atribuímos os seguintes fatores:

(i) Fatores macroeconômicos: A Companhia iniciou o ano de 2020 com o objetivo de acelerar a implementação de seu plano de turnaround e a melhora de sua performance. Entretanto, a partir de Março, a evolução da pandemia “COVID-19” e as consequentes medidas de isolamento social como o fechamento de shopping centers e a limitação das atividades de varejo sacrificaram fortemente a venda de produtos e serviços da Companhia. Como contraponto ao impacto negativo de vendas registrado principalmente no primeiro semestre, a Companhia implementou várias ações para preservar seu caixa e acelerar sua reestruturação operacional.

(ii) Fatores do mercado de relógios: Tendo em vista a redução da atividade econômica mundial e no Brasil a partir de março de 2020 em função da pandemia do Coronavírus, houve impactos na demanda por produtos da Companhia, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração, com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o impacto acima mencionado, associado à demanda e à inadimplência, varia de acordo com o perfil e característica de cada revendedor. Importante

ressaltar que este impacto foi mais sentido no mês de março e no segundo trimestre de 2020 e vem reduzindo sequencialmente conforme a recuperação da atividade econômica do país.

(iii) *Fatores da nossa Companhia:* Outro impacto importante percebido a partir do agravamento da pandemia foi um aumento considerável da inadimplência, assim como aumento das solicitações de postergações de pagamento por parte dos clientes. A Companhia reforçou o time de cobrança e contou com o apoio do time comercial nas negociações com os clientes para melhorar os índices de recuperação de crédito. O início da reabertura das lojas e retomada da atividade operacional dos clientes, é outro fator que tem contribuído positivamente na redução da inadimplência sequencialmente. Por outro lado, como consequência da implementação bem-sucedida de ações para acelerar sua reestruturação e preservar seu caixa, a Companhia demonstrou no segundo semestre uma recuperação relevante de performance mesmo durante a pandemia.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossa receita bruta de relógios apresentou recuo de 24,0% com relação ao ano anterior. Sobre a evolução de 8,4% no preço médio por relógio (2020 – R\$ 162 vs. 2019 – R\$ 149) houve redução de 29,9% no volume de relógios vendidos no período.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra os valores do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

Indicadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	1,1%	1,1%	(4,1)%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	7,55%	7,30%	23,14%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	3,74%	4,31%	4,52%
Inflação (INPC) ⁽⁴⁾	3,43%	4,48%	5,45%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI – média anual ⁽⁵⁾	6,42%	5,96%	2,75%
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ⁽⁶⁾	6,72%	6,20%	4,87%
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	3,88	4,03	5,18
Média da taxa de câmbio – R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	3,68	3,95	5,15

¹⁾ O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.

⁽³⁾ A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.

⁽⁴⁾ A taxa INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor mensurado pela FIPE, representando dados cumulados para o período indicado.

⁽⁵⁾ O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.

⁽⁶⁾ Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.

⁽⁷⁾ Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado

Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais, impactando negativamente o custo de produto, as despesas comerciais, gerais e administrativas e também no crescimento do PIB, corroendo o poder de compra da classe média brasileira.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

Uma vez que parte relevante dos custos da Companhia são denominados em moeda estrangeira, trabalhamos com uma política de hedge que protege parcialmente de oscilações de curto prazo. Porém, a volatilidade e manutenção do câmbio em patamar muito desfavorável para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do hedge financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril, melhor gestão de sortimento, redução de vendas promocionais e aumento seletivo. Além disso, adotou a reengenharia de produto visando redução de lead time e redução de custos de novas compras, contrapondo parcialmente a pressão cambial e a negociação de prazos de pagamento mais alongados com fornecedores internacionais para novas compras, de acordo com a estratégia de retorno ao fluxo de abastecimento da Companhia.

No ano de 2020, a inflação acumulada na China atingiu 2,50%, de acordo com dados do Escritório Nacional de Estatísticas (BNS). Com a crise do coronavírus no mundo, houve aversão a risco e, conseqüentemente, fuga de capitais de países emergentes e em desenvolvimento, considerados mais instáveis por investidores. De acordo com dados do Banco Central, a taxa de câmbio média subiu de R\$ 3,95/US\$ em 2019 para R\$ 5,15/US\$ em 2020, o que representa evolução de 30,4%.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas.

Em 2020, a taxa básica de juros (Selic) fechou o ano em 2,00%, a mais baixa da história, ante 4,50% 2019. Dado que o isolamento social limitou o consumo das famílias, adiou decisões de investimento e com a inflação, que já estava baixa, abaixo do piso da meta no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central optou pelo estímulo monetário compatível com os impactos econômicos causados pela pandemia.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não tivemos constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os três últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais

A evolução do COVID-19 a partir de Março trouxe impactos para a Companhia tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços. Para mitigar os efeitos da pandemia, a Companhia implementou ações importantes para preservar a saúde de seus colaboradores e da empresa, com um foco especial na preservação de caixa no curto prazo e na aceleração do turnaround de longo prazo. Sobre o impacto na força de trabalho, a Companhia adotou regime de home office, suspendeu ou reduziu jornadas de trabalho, isolou grupos de risco e reduziu viagens não essenciais. Tais medidas vem sendo mantidas durante todo o período da pandemia, de forma mais agressiva a partir de março e durante todo o segundo trimestre e, com flexibilizações gradativas - conforme recomendação dos órgãos competentes- ao longo do quarto trimestre, sempre com o objetivo de preservar a saúde dos colaboradores.

Do lado da oferta de produtos, a Companhia não sofreu restrições no abastecimento de mercadorias por seus fornecedores. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês no início de 2020, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia reestabeleceu rapidamente suas operações. Além disso, a Companhia trabalha com cobertura de estoque que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores internacionais sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

Do lado da demanda, tendo em vista a observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil a partir de março de 2020, a nova pandemia do Coronavírus impactou a Companhia na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto à Companhia. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o impacto acima mencionado associado à demanda e à inadimplência

varia de acordo com o perfil e característica de cada revendedor. Importante ressaltar que este impacto foi mais sentido no mês de março e no segundo trimestre deste ano, e vem reduzindo sequencialmente conforme a recuperação da atividade econômica do país.

Outro impacto importante percebido a partir do agravamento da pandemia foi um aumento considerável da inadimplência, assim como aumento das solicitações de postergações de pagamento por parte dos clientes. A Companhia reforçou o time de cobrança e tem contado com o apoio do time comercial nas negociações com os clientes para melhorar os índices de recuperação de crédito. O início da reabertura das lojas e retomada da atividade operacional dos clientes, é outro fator que tem contribuído positivamente na redução da inadimplência sequencialmente. O aumento da inadimplência, assim como a estimativa futura deste impacto, gerou uma provisão adicional de crédito esperado de R\$2,9 milhões no quarto trimestre de 2020.

Adicionalmente, outro ponto de preocupação é a volatilidade do câmbio, uma vez que aproximadamente 5/6 do custo da Companhia são denominados em moeda estrangeira. A Companhia trabalha com uma política de hedge que a protege parcialmente de oscilações de curto prazo, porém a manutenção do câmbio em patamar muito desfavorável para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do hedge financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril, melhor gestão de sortimento, redução de vendas promocionais e aumento seletivo.

Para enfrentar o cenário desafiador decorrente da pandemia de COVID-19, a Companhia criou um comitê de crise e adotou ações importantes visando preservar a saúde da empresa, proteger seu caixa no curto prazo e ao mesmo tempo acelerar a implementação de seu plano de turnaround com o objetivo de melhorar sua performance econômica no longo prazo. Além das ações já mencionadas acima, vale citar:

- Utilização de ferramentas tecnológicas para fomentar vendas à distância no atacado;
- Fomento da ativação da base comercial de mais de 9.000 clientes da Companhia, favorecendo vendas para clientes em áreas e canais menos impactados pela pandemia;
- Aceleração do e-commerce próprio, que apesar de ainda contribuir pouco na receita da Companhia, apresentou resultado melhor desde o início da pandemia;
- Redução de 33% do headcount fixo em comparação com o ano anterior;
- Redução de jornada para líderes e suspensão de contrato de trabalho para staff operacional, ambos normalizados a partir de outubro/2020;
- Contingenciamento de despesas, eliminação de investimentos não essenciais, e implementação do orçamento base zero para reduzir estrutura de custos no longo prazo;
- Redução do volume de novas compras, otimizando o estoque em casa, reprogramando lançamentos futuros e retornando com o fluxo de reabastecimento gradativamente, considerando a manutenção de um mix saudável de vendas e o retorno a um nível adequado de cobertura;
- Adequação do plano fabril considerando a paralisação temporária das linhas de produção a partir de março até setembro de 2020, considerando a interrupção e o retorno gradativo do abastecimento;
- Racionalização do portfólio de marcas internacionais, com redução de algumas marcas licenciadas de terceiros de faturamento marginal e investimento maior em marcas próprias detentoras de maior rentabilidade;
- Reengenharia de produto visando redução de lead time e redução de custos de novas compras, contrapondo parcialmente a pressão cambial;
- Aumento seletivo de preços em todas as marcas buscando equilibrar competitividade e rentabilidade frente a pressão cambial;

- Negociação de prazos de pagamento mais alongados com fornecedores internacionais para novas compras, de acordo com a estratégia de retorno ao fluxo de abastecimento da Companhia;
- Conversão de parte relevante da estrutura de custos fixos para custos variáveis, por meio da terceirização de 9 filiais de assistência técnica e de serviços non-core na fábrica;
- Reforço nas atividades de análise de crédito e cobrança para incrementar conversão de caixa e mitigar riscos de inadimplência;
- Readequação da estrutura de liquidez e do perfil de endividamento da Companhia, processo concluído com sucesso em outubro de 2020 que permitiu adequar o perfil de endividamento da Companhia às perspectivas de curto e longo prazo de suas atividades, preservando as suas capacidades financeira e operacional.
- Implementação de programa de treinamento online com 8.186 horas de capacitação no ano de 2020 em comparação a 5568 horas dedicadas no mesmo período de 2019, um crescimento de 47%.

É importante ressaltar que a recuperação da demanda do setor no quarto trimestre se mostrou acima de nossas expectativas, gerando desafios de abastecimento devido ao longo lead time da cadeia de suprimentos relojoeira. No entanto, o recente agravamento da crise sanitária no Brasil bem como as medidas de isolamento social adotadas no primeiro trimestre desse ano demonstram ainda um cenário macro-econômico bastante incerto e volátil.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve impacto significativo referente a mudança nas práticas contábeis para os exercícios financeiros findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 assim como para o exercício a ser iniciado em 1ª de janeiro de 2021.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2020, não existiram impactos relevantes em função de alterações em práticas contábeis para a companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos Auditores Independentes emitidos para os exercícios de 2018, 2019 e 2020 foram emitidos sem ressalvas.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Perda (impairment) estimada de Ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (impairment) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda.

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor em uso, e comparou com o valor justo, líquido de despesa de venda para fins de determinar qual o valor recuperável para ser utilizado para fins de cálculo do impairment do ágio. Os ágios foram alocados a uma única unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável o método de fluxo de caixa descontado. O resultado indica valor recuperável inferior ao valor contábil, conseqüentemente foi registrada perda por impairment de ágio, conforme detalhado na Nota 10.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 16.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Provisão de perda de estoques

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques está descrita na Nota 8.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter a provisão para perda por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para perda.

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é reconhecida na demonstração do resultado como custo dos produtos vendidos/serviços prestados.

Provisão de perda de contas a receber

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são

utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 26.3).

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nesta data, não temos ativos ou passivos que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nesta data, não há outros itens relevantes não evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentram, usualmente, em sete principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em hardware e software de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; (iv) investimentos na manutenção de imóveis; (v) investimentos em mobiliário de ponto de venda associado ao projeto de franquias, (vi) móveis e utensílios; e (vii) Marcas e Patentes.

O montante total de investimentos totalizou R\$ 9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e foi positivo em R\$ 0,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, pelas restrições ocorridas na pandemia e pela terceirização da frota de veículos.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros, caso necessário.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até esta data. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio, os recursos captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações, e eventuais captações no mercado se forem necessárias.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não teve aquisições que impactem materialmente sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Destacam-se dois projetos relevantes da Companhia: o aumento de seu portfólio de marcas, e a expansão do projeto de varejo. O projeto de varejo foi iniciado em 2010, e o aumento do portfólio de marcas avançou significativamente com a aquisição da Dumont, em março de 2013.

Lançamos em setembro de 2010 um projeto de franquias sob a marca “Euro”. As franquias permitem aumentar o espaço de vitrine dedicado aos produtos do Grupo Technos, melhorando a visibilidade e a exposição das marcas e trazendo uma experiência de compra e vivência do mundo das marcas diferenciada em relação aos pontos de venda tradicionais. Em julho de 2012, anunciamos a aquisição da Touch, empresa que desenvolvia e comercializava relógios e óculos de sol sob marca própria com distribuição exclusiva para uma rede de franquias. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contamos com 31 pontos de venda exclusivos, sendo 20 Touch e 11 Euro. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e outlets. Encerramos 2020 com cinco sites de comércio eletrônico. Quatro deles dedicados às marcas Technos, Fossil, Euro e Condor, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Os sites servem tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuíamos também dez outlets no fechamento de 2020. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Pretendemos continuar a desenvolver este canal com novas aberturas.

Em março de 2013 adquirimos 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont. Com isso, passamos a deter um portfólio mais amplo de marcas e no encerramento de 2020, pela aquisição a Companhia contava com duas marcas próprias, “Dumont” e “Condor”, e a exclusividade de representação das marcas de relógios do Grupo Fossil (“Fossil”, “Michael Kors”, “Emporio Armani”, “Armani Exchange”, “Skagen” e “Diesel”.) no Brasil. Atualmente, possuímos um portfólio completo de marcas, com presença relevante em todos os segmentos e faixas de preço de consumo da classe média.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia nos últimos três exercícios sociais já foram comentados nos demais itens desta seção 10.

ANEXO D
Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2021

A Administração da Technos S.A., conforme estabelecido no Artigo 196 da lei 6.404/76, apresenta a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021

Technos S.A.

Em R\$ Mil	
Recursos próprios/terceiros	10.200
Fontes	10.200
Tecnologia Software	3.308
Tecnologia Hardware	2.176
Móveis e Utensílios	1.816
Quiosques, Outlets, Lojas Próprias e Sites	710
Máquinas e Ferramentas	670
Outros	1.520
Aplicações	10.200

1 – Tecnologia Software – Investimentos em atualização e customizações de sistemas, licenciamento de softwares para atender as necessidades da Companhia

2 – Tecnologia Hardware – representam investimentos voltados para a estrutura de backoffice da área de TI que suporta toda a Companhia

3 – Móveis e utensílios representam obras, reformas, mobília da Companhia dentre outros.

4 – Quiosques, *Outlets*, Lojas Próprias e Sites representam os investimentos necessários para suportar nosso crescimento nos canais Franquias e B2C.

5 – Máquinas e Equipamentos representam principalmente aquisições de bens que visam a melhoria da nossa qualidade.

ANEXO F

Informações sobre os candidatos indicados ao Conselho de Administração conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5/6 - Composição e Experiência Profissional da Administração

NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ²	DATA DA POSSE ³	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR	MEMBRO INDEPENDENTE	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	06/12/1975	Empresário	002.272.786-82	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Diretor Presidente – eleito em 06/05/2019	Não	Não	3
Renato José Goettems	05/12/1945	Administrador	003.315.030-34	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Não	1
Haroldo Luiz Rodrigues Filho	24/06/1961	Educador físico	869.526.257-04	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-
José Augusto L. Figueiredo	06/04/1966	Engenheiro	841.719.527-00	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-
Aymeric Chaumet	05/01/1979	Empresário	110.246.171-73	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-

² Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

³ Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

Experiência Profissional

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro

Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR.

Renato Goettens

Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos.

Haroldo Rodrigues

Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990.

José Augusto L. Figueiredo

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ.

Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001.

Felipe Villela Dias

Sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É

formado em Engenharia de Produção pela UFRJ com especialização em logística pela Coppead. É membro independente do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A. e da Santos Brasil Participações S.A.

Aymeric Chaumet

Formou-se no curso de especialização AMP da Harvard Business School em 2015. É cofundador da Financiere Moliere, empresa de investimento belga com foco em investimento direto, imobiliário e participações em fundos. Atual membro independente do conselho de administração da Morellato, empresa italiana no segmento de relógios e joias. Trabalhou na Mister Watch / AFW de 2014 a 2018, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, atuou na ILG Group de 1999 a 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Com relação a este item, não existem informações a reportar uma vez que, na presente data, não possuímos comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, estatutários ou não, instalados

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Com relação a este item, não existem informações a reportar uma vez que, na presente data, não possuímos comitês estatutários ou outros comitês de gestão instalados.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

b. administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nossos administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não se aplica, pois a Companhia detém o controle da totalidade do capital social de suas controladas.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica, pois desde 27 de fevereiro de 2013, data em que o GMT Fundo de Investimento em Participação amortizou a totalidade de suas quotas e encerrou suas atividades, entregando a totalidade das ações da Companhia por ele detidas aos seus respectivos quotistas, a Companhia não possui controlador definido.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre nossos Administradores e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

ANEXO F

Informações sobre a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração conforme item 13 – 13.1 a 13.16 - do Formulário de Referência

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

Não há políticas de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ou de outros órgãos de gestão formalmente aprovadas. A prática de remuneração adotada é baseada nas diretrizes definidas no Estatuto Social e tem como referência as médias do mercado. No caso da diretoria, prevalece o princípio da meritocracia, com previsão de pagamento de parcela de remuneração variável atrelada a metas estabelecidas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nesta data, os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal e remuneração variável paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão.

Diretoria

A remuneração de nossa Diretoria é composta por três elementos com os seguintes objetivos:

(i) *Remuneração fixa*: paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica;

(ii) *Remuneração variável anual*: paga anualmente sob a forma de participação nos lucros e resultados, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Inclui objetivos no âmbito da nossa Companhia, na área de responsabilidade do Administrador, e individuais; e

(iii) *Remuneração variável de longo prazo*: paga sob a forma de Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de ações ¹ de nossa emissão, devidamente aprovados em Assembleia Geral da Companhia realizada em 14 de janeiro de 2021, com o

objetivo de alinhar a remuneração do Administrador à geração de valor no longo prazo para os Acionistas e de reter esses profissionais.

¹Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

Conselho Fiscal

Nesta data, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Nesta data, não possuímos Comitês não estatutários instalados.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do nosso Conselho de Administração, nos três últimos exercícios sociais, 100% da remuneração paga era fixa.

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros e resultados e no plano de opção de compra de ações. Nos exercícios sociais de 2018 e 2019, a remuneração fixa correspondeu a 100% da remuneração total, uma vez que a Companhia não distribuiu PLR devido ao não atingimento de metas. Já no último exercício social de 2020 66,8% da remuneração foi fixa e 33,2% do total da remuneração foi variável tendo a Companhia distribuído bônus pelo atingimento de objetivos estipulados.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos comitês, tendo em vista que, nesta data, tais órgãos não foram instalados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem atualmente remuneração fixa mensal sem qualquer critério ou reajuste pré-definido.

Diretoria

Remuneração Fixa: é reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual é paga sob forma de participação nos lucros e resultados, conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre

um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia e do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de Ações² de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

² Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos Comitês, tendo em vista que estes órgãos não foram instalados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos Acionistas no curto, médio e longo prazos.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Conselho de Administração e Diretoria não possuem membros não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual utiliza indicadores de desempenho objetivamente definidos desde o início de cada exercício social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o indicador usado para avaliação do nosso resultado foi: (i) o EBITDA – Custo do Capital de Giro. Esse é o mesmo indicador vigente para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles e são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Integridade, Inovação, Qualidade, Meritocracia e senso de Dono do Negócio. Avaliamos também o conceito de Liderança, conforme desempenhado por cada um dos Diretores.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é baseada na cotação de mercado das ações de emissão da Companhia³.

³ Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Remuneração variável anual: nossas metas são estruturadas em três níveis: empresa, departamento e indivíduo. O objetivo dessa estrutura é garantir tanto o atingimento de resultados concretos para os Acionistas quanto a performance diferenciada dentro de cada equipe e individualmente.

Todas as metas são definidas de forma objetiva no início de cada exercício social, de forma que os resultados obtidos acima das metas estabelecidas ensejam um aumento na remuneração variável anual, assim como resultados abaixo das metas estabelecidas ensejam uma redução ou mesmo eliminação da remuneração variável anual. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação de desempenho com Diretores e Gerentes, onde avaliamos a performance de cada um em relação a cada meta estabelecida.

Remuneração variável de longo prazo: nossa remuneração variável de longo prazo reflete naturalmente a criação de valor na nossa Companhia, por estar ligada diretamente ao preço de nossas ações ⁴.

⁴ Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total anual.

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de ações restritas ou opções de compra de ações ⁵ de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

⁵ Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nossa remuneração fixa e variável anual é suportada quase integralmente pela nossa controlada TASA. Para informações consolidadas sobre remuneração fixa e variável, veja o item 13.16 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos programas de concessão de ações restritas e opção de compra de ações aprovados até esta data, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do acionista controlador.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração elabora a proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, apresentando, para aprovação da assembleia de acionistas, o valor máximo a ser destinado no novo exercício social para tais remunerações. Na data deste Formulário de Referência, nossa Companhia não contava com comitês que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos uma comparação com posições semelhantes no mercado, considerando também a remuneração de outras empresas nas quais nossos conselheiros atuam. Não há, no entanto, a elaboração de estudos formais para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações. A remuneração individual dos administradores considera sua formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, as responsabilidades do cargo e é readequada quando o conselho de administração avalia ser necessário, considerando também a contribuição que o administrador tem prestado para a nossa Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista uma política formal de remuneração, o Conselho de Administração avalia a adequação do modelo utilizado e dos valores definidos anualmente.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Exercício Social Corrente (2021)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	6,0	3,0	-	9,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	2.085.750	1.772.180	-	3.857.930
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	6.011	549.051	-	555.063
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	1.930.000	-	1.930.000
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁶	196.099	2.524.173	-	2.720.272
Total da remuneração	2.287.860	6.775.404	-	9.063.264

Exercício Social (2020)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	5,0	4,0	-	9,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	846.000	1.731.060	-	2.577.060
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	642.179	-	642.179
Remuneração Variável				
Bônus	-	1.641.215	-	-
Participação de Resultados	-	-	-	1.641.215
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações⁶	-	-	-	-
Total da remuneração	846.000	4.014.455	-	4.860.455

Exercício Social de 2019	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	5,0	6,0	-	11,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	1.007.999	2.749.193	-	3.757.192
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros		2.898.329	-	2.898.329
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações⁶	-	1.402.000	-	1.402.000
Total da remuneração	1.007.999	7.251.121	-	8.259.120

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	3,0	5,4	-	8,4
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	899.667	2.700.024	-	3.599.691
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	0
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros		2.067.454	-	2.067.454

Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	0
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações⁶	-	1.607.000	-	1.607.000
Total da remuneração	899.667	6.374.478	-	7.274.145

⁶ Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde ao número de Diretores e Conselheiros a quem foi atribuída remuneração variável, para o exercício social corrente e para cada exercício encerrado em 31 de dezembro dos anos abaixo indicados.

Exercício Social (2021)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,0	3,0	-	9,0
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	1.930.000		1.930.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.930.000		1.930.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.930.000		1.930.000
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	1.930.000		1.930.000
Exercício Social (2020)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	4,0	-	9,0
Bônus (em R\$)		1.641.215		1.641.215
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	1.641.215		1.641.215

Exercício Social (2019)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	6,0	-	11,0
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	-	-	-

Exercício Social (2018)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3,0	5,4	-	8,4
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	-	-	-

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	-	-	-

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais nosso plano de opção de compra de ações (“Plano de 2008”), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012.

O Plano de 2008 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012;

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2008 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2008 ou a permanência do Plano de 2008 na sociedade sucessora.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovado novo plano de opção de compra de ações (“Plano de 2012”). O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008.

O Plano de 2012 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, possibilitando aos gestores, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2012*: opção de compra sobre 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2012, respeitando os termos e limites, e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2012 ou a permanência do Plano de 2012 na sociedade sucessora.

Em 23 de outubro de 2014, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2014”) e (“Plano 02/2014”).

Os Planos de 2014 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2014*: opção de compra sobre 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 720.000 (setecentas e vinte mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2014*: opção de compra sobre 800.000 (oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia

(“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) Administração do plano: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2014 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2014 ou a permanência dos Planos de 2014 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre a Companhia e os beneficiários dos Planos de 2014, de contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com os respectivos Planos de 2014 ou o(s) respectivo(s) Programa(s).

Após a aprovação dos Planos, Plano 01/2014 e Plano 02/2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

Em 7 de julho de 2015, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2015”) e (“Plano 02/2015”).

Os Planos de 2015 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2015*: opção de compra sobre 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2015*: opção de compra sobre 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(v) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2015 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(vi) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2015 ou a permanência dos Planos de 2015 na sociedade sucessora.

Em 29 de abril de 2016, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2016”).

O Plano de 2016 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: o conselheiro na época José Afonso Alves Castanheira (“Beneficiário”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2016*: opção de compra sobre 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2016 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Planos de 2016 ou a permanência do Plano de 2016 na sociedade sucessora.

Em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram (i) o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os

dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016; e (ii) as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2021”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2021”).

O Plano 01/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: O Plano poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2021*: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

(iv) *Administração do plano*: O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano, para a organização e administração do Plano, além da outorga das Opções

(v) *Extinção*: O Plano se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) *Beneficiários*: O Plano de Matching terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2021*: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) *Administração do plano*: O Plano de Matching será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano de Matching, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o

Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) *Extinção*: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2022, o Plano será automaticamente extinto. O Plano poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidas na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

Desde a aprovação dos Planos de 2021, já aprovamos um Programa referente ao Plano 01/2021 e o Plano 02/2021, conforme segue:

- (i) *Primeiro Programa do Plano 01/2021*: em 24 de fevereiro de 2021, foi deliberada a emissão de 5.037.801 novas ações ordinárias sem valor nominal.
- (ii) *Plano 02/2021*: em 22 de janeiro de 2021, foi deliberada a concessão de 1.700.000 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da Companhia. No caso da Companhia não possuir a totalidade das ações em tesouraria poderá ir a mercado para aquisição de novas ações.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos dos Planos são: (i) obter um maior alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos Acionistas; (ii) motivar os Beneficiários a buscarem a geração de valor no longo prazo; e (iii) auxiliar na atração e retenção de talentos.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao conceder a oportunidade aos Beneficiários de tornarem-se nossos Acionistas, fazemos com que os benefícios financeiros percebidos por nossos Acionistas também sejam percebidos diretamente pelos Beneficiários. Assim, os Planos complementam a remuneração variável anual dos Beneficiários ao incentivar esta visão de longo prazo, já que os benefícios financeiros dos Planos e dos Programas tendem a se concretizar após anos. Além disso, os Planos ajudam a intensificar o comprometimento dos Beneficiários conosco, por poderem se considerar também Acionistas e não apenas nossos executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Nossos Planos fazem parte da política de remuneração dos Beneficiários. A concessão de outorgas para beneficiários específicos segue a diretriz da meritocracia, e as outorgas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração com base na obtenção consistente de resultados positivos. Dessa forma, os Planos servem como importante instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com as nossas metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses dos Beneficiários, nossos e de nossos Acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Além disso, os Planos buscam nos auxiliarem na retenção de talentos, incentivando o trabalho consistente de longo prazo e evitando descontinuidades na gestão.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano de 2008 abrange, no máximo, 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

O Plano de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, abrange, no máximo, 2.500.000 ações. Já foi aprovada a emissão de 2.062.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Plano de 2012, sendo certo que o primeiro e terceiro Programas abrangem somente gerentes e coordenadores da Companhia, enquanto o segundo Programa abrange somente membros de sua diretoria.

O Plano de 2014 abrange, no máximo, 2.000.000 ações, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

Os Planos de 2021 abrangem, no máximo 8.700.000 ações, já foram aprovadas em Reuniões de Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2021 5.037.801 ações referentes ao Plano 01/2021 e em 22 de janeiro de 2021, 1.700.000 ações referentes ao Plano 02/2021.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014;

(d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Desta forma, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao número máximo de ações abrangidas, ou seja, 3.795.367 opções no Plano de 2008, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, e 2.500.000 opções no Plano de 2012.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

O Plano 01/2021 abrange, no máximo 7.000.000 ações, já foram aprovadas em Reunião de Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021 5.037.801 ações.

O Plano 02/2021 não é aplicável, uma vez que é um plano de ações e não de opções. Com relação ao número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano, vide item 13.4(a).

h. condições de aquisição de ações

Todos os Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 até dezembro de 2020 têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

As Opções outorgadas no Primeiro Programa do Plano 01/2021 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir (“Lote” ou “Lotes”). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização

das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante. Para fazer jus ao exercício das Opções, o Participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador estatutário, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da Opção.

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2021 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Até 31 de março de 2021, o Participante deverá adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações ("Ações Próprias"), apresentando à Companhia comprovante de aquisição das referidas Ações Próprias nos termos desta Cláusula.
 - a) O Participante arcará com as despesas de corretagem para a aquisição e manutenção das ações adquiridas e fará jus a todos os dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia inerentes às Ações Próprias.
2. O Participante deverá permanecer no exercício do cargo de Diretor Presidente, membro da Diretoria Estatutária ou membro do Conselho de Administração da Companhia ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
3. O Participante deverá manter a titularidade ininterrupta das 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações Próprias, referenciadas no item 1 acima, até a respectiva Data de Atribuição.
4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"), e manter a titularidade ininterrupta até as Datas de Atribuição, de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura deste Contrato ("Ações Detidas" e, quando consideradas em conjunto com as Ações Próprias, "Ações Administradas"). As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador.
 - a) Para comprovação da manutenção da titularidade ininterrupta das Ações Administradas, o Participante deverá encaminhar a comunicação constante do Anexo ao presente Contrato de Matching, com o comprovante da posição acionária, com data de até 3 (três) dias úteis de antecedência da respectiva Data de Atribuição.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2008

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de aquisição das ações equivalente a R\$2,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de R\$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2012

O Plano de 2012 estabelece que o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações nos últimos 30 pregões antes de cada concessão, com até 10% de desconto determinado pelo Conselho de Administração. O preço de exercício de cada concessão será corrigido pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O primeiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$16,18 por ação, devidamente corrigido desde 26 de abril de 2012 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas membros da diretoria da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$24,46 por ação, devidamente corrigido desde 17 de janeiro de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O terceiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$22,49 por ação, devidamente corrigido desde 15 de abril de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2014

Na data do exercício, o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R\$ 12,00 (doze reais) por ação ("Preço de Exercício").

Plano de 2015

Os Planos de 2015 estabelecem que o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será equivalente a média ponderada da cotação de fechamento da ação nos últimos 30 pregões, anterior a respectiva data de concessão, com até 10% de desconto.

Plano de 2016

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos), ("Preço de Exercício"), devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pela variação da taxa CDI.

Em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram (i) o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro

de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Plano de 2021 – Plano 01/2021

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Participantes em decorrência do exercício da Opção, será de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos), equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A. Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano de 2021 – Plano 01/2021

Não aplicável, é um plano de ação e não de opções, por isso não há preço de aquisição ou exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como prazo final de exercício o dia 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos por cada beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa. O prazo final de exercício de novos Programas será definido no momento de sua concessão.

Plano de 2012

O primeiro Programa, o segundo Programa e o terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 têm como prazo final: (i) o prazo específico previsto nos respectivos contratos firmados com cada beneficiário; e (ii) prazo extintivo de 30 de abril de 2019 e de 15 de abril de 2019, em relação ao terceiro Programa.

Plano de 2015

Os Lotes do Plano de 2015 estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de 5 (cinco) anos, podendo estender-se até 7 (sete) anos, se atingida a condição descrita no item (“V”) da cláusula 5.2 do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2015 e 02/2015, e, e o direito de exercício de cada lote estará sujeito as condições detalhadas nesta mesma cláusula.

Plano de 2016

O plano de 2016 permanecerá em vigor pelo tempo em que o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia e/ou de quaisquer de suas subsidiárias (diretas ou indiretas), ou enquanto existirem obrigações do Beneficiário a serem adimplidas, dos dois o maior.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Planos de 2021

No Plano 01/2021 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido (“Prazo de Exercício”). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2021 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

k. forma de liquidação

Todos os Programas aprovados até 2020 no âmbito do Plano de 2008 determinam a liquidação do exercício da opção de ações à vista, em moeda corrente, no ato de subscrição ou compra das ações correspondentes, dentro do prazo de até 10 dias úteis da compensação da remuneração variável anual e dos dividendos ao beneficiário. Os mesmos termos se aplicam ao Plano de 2012, 2015 e 2016, à exceção do prazo de até 10 dias úteis.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Referente ao Plano 01/2021, as Opções outorgadas no Primeiro Programa serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir (“Lote” ou “Lotes”). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante.

Referente ao Plano 02/2021, a liquidação é feita por meio da entrega de ações da Companhia, ou seja, através de instrumento de patrimônio.

l. restrições à transferência das ações

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como destinatários apenas os membros da nossa Administração e de nossas controladas e estabelecem que: (i) enquanto permanecerem como administradores da nossa Companhia e de nossas controladas, não poderão vender, ceder, transferir ou alienar as ações de nossa emissão das quais são ou venham a ser titulares por meio do Plano; e (ii) não poderão onerar e instituir sobre as ações qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de 2008 e no seu respectivo Programa.

Será permitido ao Beneficiário, contudo, alienar ações de nossa emissão adquiridas por meio do Plano de 2008 mesmo durante o exercício do cargo de Administrador, nas seguintes hipóteses:

(i) *Alienação direta ou indireta de controle da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social, sendo que as opções outorgadas e não exercidas poderão ser exercidas pelo Beneficiário;

(ii) *Alienação da totalidade da nossa Companhia.* Nesse caso, a parte controladora terá o direito de exigir que o Beneficiário aliene a totalidade de sua participação no nosso capital social nos mesmos termos pactuados pela parte controladora;

(iii) *Alienação de parcela do capital da nossa Companhia que não represente alienação de controle,* no caso do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social; e

(iv) *Oferta pública inicial de ações da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário poderá alienar um terço das ações de nossa emissão que detém, em três períodos consecutivos de seis meses contados a partir da data da oferta pública inicial, desde que observado o lock-up sobre nossas ações.

Plano de 2012

Já no caso do Primeiro Programa, do Segundo Programa e do Terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 e de demais futuros Programas concedidos sob o Plano de 2012, qualquer ação emitida terá um prazo de um ano de restrição à transferência a partir do respectivo exercício. Após esse prazo tal ação ficará livre para negociação.

Plano de 2015

As ações decorrentes do exercício das Opções não poderão, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data do respectivo exercício, ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas, oneradas ou gravadas.

As ações poderão ser vendidas após prazo de 1 (um) ano contado da data do respectivo exercício na hipótese única em que o produto dessa venda seja integralmente direcionado para a integralização de Opções da Companhia e, somente, e somente na hipótese do beneficiário ter atingido em suas metas do PLR uma nota igual ou superior a 110 (cento e dez) no ano imediatamente anterior à alienação das ações.

Plano de 2016

O plano de 2016 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dado como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Planos de 2021

Ambos os planos de 2021 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganizações societárias envolvendo a Technos que impliquem sua cisão, sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade, sua fusão com outra sociedade ou a transformação de seu tipo societário, bem como em caso de cancelamento do seu registro de companhia aberta, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixarem de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários, colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em função do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes.

Para o Plano 01/2021, nas hipóteses de aposentadoria ou cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, aplicar-se-á o disposto abaixo:

(a) para as Opções já exercíveis, desde que o Participante tenha cumprido com as condições de exercício previstas no Plano e no Primeiro Programa, este manterá integralmente todos os direitos e obrigações referentes às Opções objeto do Lote relativo ao período já decorrido previstos no Plano e no Presente Contrato; e

(b) as Opções não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização salvo se ajustado entre as Partes de forma diversa, previamente ao desligamento, com a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Previsão para o exercício corrente de 2021	1º Programa do Plano 01/2021	
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	5	3
Número total de membros remunerados	4	3
Outorga de opções de compras de ações		
Data da outorga	24/02/2021	
Quantidade de opções outorgadas	600.000	4.801.538
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos	
Prazo máximo para exercício das opções	24/05/2024	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)		
Em aberto no início do exercício social	1,30	1,30
Perdidas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	0,68	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	4,33%	

Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching)	Plano 02/2021	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	3	5
c) Número de membros remunerados	1	0
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	22/01/2021	Não Aplicável
ii. Quantidade de opções (ações) outorgada	1.700.000 ações	Não Aplicável

iii. Quantidade de opções (ações) em aberto no início do período	1.700.000 ações	Não Aplicável
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não aplicável	Não Aplicável
v. Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não Aplicável
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	1 anos após a transferência	Não Aplicável
vii. Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:		Não Aplicável
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 1,20	Não Aplicável
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	Não aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2020	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2020 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-	-		-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2019	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2019 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-		-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2018	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2018 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-		-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há remuneração baseada em ações para outro órgão além da Diretoria no último exercício social. Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados a nossos Administradores.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Primeiro Programa do Plano de 2008		Segundo Programa do Plano de 2008		Terceiro Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-	1	-	1
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Opções exercíveis						
Quantidade	828.525	-	-	-	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (1), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	2,19	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	0,30	-	-	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	248.557,50	-	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Quarto Programa do Plano de 2008		Quinto Programa do Plano de 2008		Sexto Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	3	-	1	-	3
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Opções exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	126.594	-
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (I), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	5,69	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	11,32	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	-	-	-	-	1.433.044,08	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – cont.	Segundo Programa do Plano de 2012		Primeiro Programa do Plano 01/2015		Primeiro Programa do Plano 02/2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	2	-	1	-	10
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	480.000		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	4,13		5,89		5,89	
Opções exercíveis						
Quantidade	120.000		1.500.000		1.150.000	
Prazo máximo para o exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	4,13		5,89		5,89	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	495.600,00		8.835.000,00		6.773.500,00	

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020– cont.	Segundo Programa do Plano 02/2015		Terceiro Programa do Plano 02/2015		Primeiro Programa do Plano 01/2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-		-	
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-					
Prazo máximo para exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	5,89					
Opções exercíveis						
Quantidade	300.000					
Prazo máximo para o exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	5,89					
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em R\$)	1.767.000,00					

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos últimos três exercícios sociais, 2018, 2019 e 2020, não houve exercício de opções relacionadas à remuneração baseada em ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

a. modelo de precificação

O valor de mercado das opções concedidas dos planos até 2020 foi estimado usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções para cada um dos Programas. Os Programas deste período foram precificados no momento de sua concessão, e as despesas associadas a esses Programas são reconhecidas no nosso resultado, de acordo com a precificação e durante o prazo esperado de exercício.

O valor de mercado das opções do Plano 01/2021 foi estimado usando o modelo binomial.

Como o plano é de ações liquidadas em instrumentos patrimoniais o fair value utilizado na contabilização é igual ao preço da ação TECN3 na data da ação de outorga correspondente.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de 2008

Taxa livre de risco: SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 9,25% ao ano na avaliação do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 12,0% ao ano na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 12,3% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal nos últimos cinco anos anteriores à concessão, especificamente 6,15% na avaliação Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 4,75% na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 4,76% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, estimado em 10,5% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos O dividendo de R\$ 0,45 por ação

para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: equivalente: (i) ao preço de aquisição do controle da nossa Companhia, para o Primeiro Programa e para o Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; (ii) ao preço referente a uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do GMT FIP, para o Terceiro Programa e para o Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; e (iii) ao preço referente à nossa capitalização mais recente, onde um grupo de 29 gerentes e coordenadores tornaram-se nossos Acionistas, para o Quinto Programa, o Sexto Programa e o Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. No caso da mensuração do valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas consideramos o valor estimado na data mais próxima da aquisição, levando em consideração as transações descritas acima. Não houve exercício de opções nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017.

Plano de 2012

Taxa livre de risco: Taxa SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 7,11% ao ano na avaliação do Segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012.

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos. Valores utilizados foram de 35,6%, 35,1%, 35,0%, 44,2% e 45,0% para períodos de um, dois, três, quatro e cinco anos respectivamente.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 3% ao ano, estimado em 8,66% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos o dividendo de R\$ 0,45 por ação para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: Consideramos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão (i) do Primeiro Programa, de R\$ 17,98; (ii) do Segundo Programa, de R\$ 24,46; e (iii) do Terceiro Programa, de R\$ 22,49.

Plano de 2014

Taxa livre de risco: 11,0 % (onze por cento) (SELIC na atual data);

Prazo de exercício: 3 (três) anos para primeiro lote e 5 (cinco) anos para segundo lote.

Volatilidade: 31,37% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço de exercício: R\$ 10,91 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões);

Plano de 2015

Taxa livre de risco: 13,65% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos, com possibilidade de liberar recursos após um ano no caso exclusivo da integralização do plano de opções se o executivo tiver no mínimo 110 de nota PLR..

Volatilidade: 61,85% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R\$ 7,87 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Considerarmos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2015, de R\$ 5,51; (ii) do Plano 02/2015, de R\$ 5,51 e R\$ 10,56.

Plano de 2016

Taxa livre de risco: 13,59% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos.

Volatilidade: 38,17% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R\$ 3,97 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Considerarmos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2016, de R\$ 4,45.

Plano 01/2021

Taxa livre de risco: 5,41% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 68,06% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde jan/219);

Preço médio de exercício: R\$ 1,30 (equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 02/2021

Não se aplica por ser um plano de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

Nos planos aprovados até dez/20 não incorporamos qualquer efeito de exercício antecipado, já que o exercício das opções em todos os nossos Programas está diretamente atrelado ao recebimento de remuneração variável anual e ao recebimento de dividendos por cada Beneficiário. Assumimos que cada beneficiário contribui apenas o percentual mínimo de sua remuneração variável anual estimada. Incorporamos o efeito do desligamento de beneficiários da companhia, já que esses beneficiários perdem o direito a opções ainda não exercidas no momento de um eventual desligamento.

No Plano 01/2021 não é aplicável, pois não há possibilidade de exercício antecipado.

No Plano 02/2021 não é aplicável por ser um plano de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de 2008

Dado que não tínhamos ações listadas em mercado na data das concessões dos Programas, estimamos a volatilidade esperada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal, sempre utilizando o período de cinco anos anteriores a cada concessão.

Plano de 2012

Calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos.

Plano de 2014

Dado que os programas e os respectivos contratos ainda não foram aprovados pelo Conselho de Administração, não é possível calcular a volatilidade decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2014 e Plano de Opção de Compra de Ações – 02/2014, já que as mesmas dependem da quantidade de opções que serão outorgadas pelo Conselho de Administração da Companhia, assim como das premissas chave que serão estabelecidas.

Plano de 2015

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

Plano de 2016

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

Plano 01/2021

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde janeiro de 2019

Plano 02/2021

Não se aplica por ser um plano de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Em 31/12/2020

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao
		Capital Social Total
Companhia		
Conselho de Administração	12.463.444	15,88
Diretoria	22.027	0,03
Total	12.485.471	15,91

(1) Dado que um mesmo administrador ocupa cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a fim de evitar duplicidade, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Nos três últimos exercícios sociais, 2020, 2019 e 2018:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número de membros	5,0	6,0	5,4	5,0	5,0	6,0
Número de membros remunerados	5,0	6,0	5,4	5,0	5,0	3,0
Valor da maior remuneração (Reais)	2.505.315	2.917.941	1.617.006	169.200	236.000	359.889
Valor da menor remuneração (Reais)	256.981	511.984	334.353	169.200	236.000	359.889
Valor médio de remuneração (Reais)	607.387	934.969	1.395.556	169.200	236.000	359.889

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	<u>Conselho de Administração (anual)</u>	<u>Diretoria Estatutária (anual)</u>	<u>Conselho Fiscal (anual)</u>
31 de Dezembro de 2020	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2019	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2018	0%	0%	N/A

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais – 2018, 2019 e 2020 – não houve qualquer remuneração de administrador ou membro do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não contou com Conselho Fiscal constituído.

Remuneração recebida em função do exercício do cargo ocupado na Companhia:

Exercício social encerrado em	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
31 de dezembro de 2020 (R\$)	Administração	Estatutária	Fiscal	
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	846.000	4.014.455	-	4.860.455
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.007.999	7.251.121	-	8.259.120
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	899.667	6.374.478	-	7.274.145
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes referentes à remuneração da Administração.